

O ENUNCIADO “EU NÃO TENHO MEDO DA MUDANÇA” E SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA DO DIZER*

Ercília Ana Cazarin
Universidade Regional Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Resumo:

Apresentamos um exercício de leitura do enunciado *EU NÃO TENHO MEDO DA MUDANÇA*, proferido pela atriz Carmem Silva, em outubro/2004 e veiculado no horário eleitoral gratuito, segundo turno da campanha para prefeito de Porto Alegre. No texto, sob a ótica da análise do discurso, articulamos as noções de língua, de leitura e de interpretação. A primeira é base para que o discurso ocorra e pressupõe um sujeito que enuncia afetado pelo inconsciente e pela ideologia. A leitura é entendida como um processo de produção de sentido e, a interpretação, como gesto que remete à memória do dizer.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Interpretação, Memória Discursiva.

Abstract:

We present a reading activity about the utterance *I DON'T FEAR CHANGE*, made by the actress Carmem Silva, in October/2004, and presented in the free political program during the second term of mayoral campaign in Porto Alegre. In the text, from a Discourse Analysis perspective, we articulate notions of language, reading and interpretation. The first notion is basic in order for discourse to occur and assumes a subject that utters, affected by subconscious and ideology. Reading is understood as a process of meaning production, and interpretation as gesture that refers to the memory of saying.

Key-words: Discourse Analysis, Interpretation, Discursive Memory.

Résumé:

On présente un exercice de lecture de l'énoncé *JE N'AI PAS PEUR DE CHANGEMENT*, proféré par l'actrice Carmem Silva, en octobre/2004 et véhiculé dans l'horaire électoral gratuit, second tour pour les élections à la poste de Marie de Porto Alegre. Dans le texte, par la perspective de l'analyse du discours, on articule les notions de langue, de lecture et d'interprétation. Les notions de langue c'est basique pour que le discours se passe et présuppose un sujet qui énonce affecté par l'inconscient et par l'ideologie. La lecture est comprise comme un processus de production et de sens et l'interprétation comme un geste qui remet à la mémoire du dire.

Mots-clés: Analyse du discours, interprétation, mémoire du discours.

A partir de dois movimentos textuais, explicitamos, em um primeiro momento, como, em Análise do Discurso (AD), são concebidas as noções de língua, de leitura e de interpretação e, em seguida, apresentamos uma leitura

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no 53º Seminário do GEL — realizado de 28 a 30/07/2005 na UFSCar/SP.

possível do enunciado *EU NÃO TENHO MEDO DA MUDANÇA*,¹ proferido pela atriz Carmem Silva, em outubro/2004 e veiculado no horário eleitoral gratuito da frente partidária que apoiava o candidato José Fogaça a prefeito de Porto Alegre. Para tanto, investigamos como a emergência do referido enunciado traz à tona sentidos já existentes no âmbito do interdiscurso, em especial, aqueles produzidos a partir de um outro enunciado — *Estou com medo. O Brasil corre o risco de perder a estabilidade. Não dá para jogar tudo na lata do lixo. O Serra eu conheço, sei o que vai fazer. O outro eu achava que conhecia. Isso dá medo na gente. Medo da inflação desenfreada de 80% ao mês*² —, proferido também por uma atriz — Regina Duarte —, durante a campanha presidencial de 2002.³ Com este texto, pretendemos marcar que a AD, embora não seja uma teoria diretamente aplicável à sala de aula, tem muito a contribuir para o aprofundamento das concepções de leitura, de escrita e de interpretação, o que, sem dúvida, pode nos ajudar a pensar a respeito de práticas pedagógicas exercidas no cotidiano escolar.

Em um primeiro momento, explicitamos como a noção de língua é concebida. Partindo desta noção, articulamos duas outras — a de leitura e a de interpretação —, que acreditamos importantes para o exercício de análise desenvolvido ao longo do texto.

Embora o objeto de estudo da AD seja o discurso, é o texto que se constitui como unidade de análise. Mais precisamente é através de uma dispersão de textos que se chega ao discurso. Ao analisar um texto, levam-se em conta não apenas os elementos lingüísticos, pois o mesmo é afetado pela exterioridade⁴ que

¹ Este enunciado, ao longo do texto, também será referido por E1.

² Este enunciado, ao longo do texto, também será referido por E2.

³ 15 de outubro de 2002.

⁴ Orlandi (1987:158-59) escreve que todo o discurso deve ser referido às condições de sua produção, ou seja, os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social constituem o sentido da seqüência verbal produzida, isto é, o discurso. Salienta que, para a AD, a noção de condições de produção é importante, pois são elas que caracterizam o discurso, o constituem e, como tal, tornam-se objeto de análise. Orlandi (1997), no prefácio de *A fala dos quartéis e outras vozes*, afirma que a materialidade da linguagem (o como se diz) é o fio condutor da compreensão dos sentidos, os quais não existem em si, mas nas relações estabelecidas quando de sua produção. Em texto distinto (1999:30-34) volta a tratar das condições de produção: explicita a distinção entre condições de produção em sentido estrito (circunstâncias da enunciação — contexto imediato) e condições de produção em sentido amplo (contexto sócio-histórico, ideológico); afirma que as

lhe é constitutiva e que, embora não transparente, se reflete na/pela materialidade da língua. Há uma mudança de paradigma em relação ao objeto de estudo da lingüística imanente e da AD — a língua (objeto de estudo da lingüística), em AD, se materializa no texto, tomado como unidade de análise do discurso (objeto de estudo da AD).

Para melhor compreender do que estamos tratando quando nos referimos à materialidade da língua, importa refletir sobre a concepção de língua porque a partir de como esta é entendida, a direção que damos às práticas de leitura pode ser uma ou outra; na nossa compreensão, essa noção implica uma direção metodológica do nosso fazer pedagógico, tanto em relação ao tratamento que damos à leitura como à escritura de textos.

Pêcheux (1988:91) escreve que não se trata de negar a língua como um sistema de signos lingüísticos, mas de compreender que a mesma é a base material para que o discurso ocorra. Este não é a língua, nem a fala de Saussure, mas situa-se entre elas, em um lugar particular, porém social. Assim, como já registrado, a noção de língua, na perspectiva da AD difere daquela da perspectiva saussuriana, mas também difere da noção de fala e da de linguagem. A noção de língua, em AD, não consiste na soma da língua (sistema de signos lingüísticos) mais a fala (espaço de liberdade e individualidade do falante) nos moldes da teoria concebida por Saussure. É nesse sentido que entendemos que a língua, para a AD, é distinta da concepção de linguagem proposta pela lingüística saussuriana.

Entendemos que uma diferença significativa entre essas duas perspectivas é o modo como cada uma trata da estrutura da língua. Quando Saussure (1995:21) elabora a dicotomia língua/fala, afirma que esta última “é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor”; dissocia-a, portanto, do histórico-social. E mais: ao separar a língua da fala e, ao eleger a primeira como objeto de estudo, deixa de lado, dentre outras coisas, o sujeito que enuncia - sua teoria não tem espaço para o sujeito enunciador. Segundo Indursky (1998:112-13), o sujeito

condições de produção compreendem, fundamentalmente, os sujeitos e a situação, observando que a maneira como a memória (o interdiscurso) é acionada, também é constitutiva das *condições de produção* — o que o é dito em outro lugar também significa em nossas palavras.

da lingüística não passa de um lugar na estrutura da frase. Em AD, a materialização da língua pressupõe um sujeito que enuncia não na sua individualidade, e sim afetado pelo inconsciente e pela ideologia. O sujeito da AD, ao contrário do da lingüística imanente, é um sujeito inscrito na história. Enfatizo então o porquê de dizermos que a língua, na perspectiva da AD, não é igual a linguagem concebida por Saussure. A língua, como a entendemos, tem espaço para o possível e para o impossível, pois o furo, o lapso, o equívoco ocorrem e são apreendidos na e pela língua – o real da língua é a língua como ela funciona em situações de uso, e não na sua abstração. Segundo Leandro Ferreira (2000:107-08), “a língua é um sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, as marcas significantes da língua são capazes de deslocamentos, de transgressões, de rearranjos. Ainda segundo essa autora, é esse lugar do jogo da língua que escapa à sistematização e, paradoxalmente, se constitui como o lugar para examinar equívocos, deslizamentos, lapsos como parte integrante da atividade de linguagem”.

Pautar a prática da leitura e da interpretação a partir da concepção recém explicitada nos leva a pensar que, no processo de leitura, o que interessa é conceber essa prática como um processo de produção de sentidos, isto é, como um gesto de interpretação do sujeito que lê. Conforme Indursky (2001:27-42), a leitura é considerada como um processo através do qual, o texto, para produzir sentido vai ser *desconstruído* pelo leitor, mas essa desconstrução implica uma *reconstrução*, ou seja, é produção de um novo texto, não necessariamente com os mesmos sentidos esperados pelo sujeito-autor. Isso ocorre porque o sentido sempre pode ser outro, pode ser vários, mas, de acordo com o que escreve Orlandi (1996:67), não pode ser qualquer um, pois não dá para ler o que o texto não permite.

Ler é uma prática social que mobiliza o interdiscurso (a memória do dizer) e que conduz o leitor, enquanto sujeito histórico, a inscrever-se em uma disputa de interpretações. Através da leitura, o leitor desestabiliza sentidos já dados, daí o efeito de inconsistência de todo e qualquer texto, pois o mesmo consiste em uma heterogeneidade provisoriamente estruturada. Ler, reitera Indursky (op. cit.), é

mergulhar em uma teia discursiva invisível construída de já-ditos para desestruturar o texto e (re)construí-lo, segundo os saberes da posição-sujeito em que se inscreve o sujeito-leitor.

Em síntese, a leitura, em AD, é entendida como um trabalho discursivo que lança o sujeito-leitor em um processo histórico de interpretação e de disputa na produção de sentidos. A partir desses pressupostos, podemos afirmar que o papel do sujeito-leitor é interpretar⁵ o texto, buscando entender sentidos possíveis. Estes se produzem como gestos de interpretação afetados pela projeção imaginária do sujeito-leitor. Esta interpretação singular, mas marcada pela historicidade, que, para quem lê/ouve/interpreta, apresenta-se como “o sentido”.

Essa marca de historicidade nos permite afirmar que, no processo de leitura, autor e leitor, ambos, são interpelados ideologicamente e identificados com uma posição-sujeito, inscrita em uma formação discursiva (FD). O sujeito-leitor vai ocupar uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-autor, identificando-se ou não com ela. A leitura constitui-se, então, como momento crítico de uma relação entre autor/texto/leitor e esse processo requer o reconhecimento de que o sujeito-leitor e o sujeito-autor são social e historicamente situados. O sujeito-autor produz seu texto afetado/determinado pelos saberes próprios ao “lugar social” em que está inscrito, projetando no seu imaginário sentido(s) para o seu texto, mas nada lhe garante que o(s) mesmo(s) seja(m) mantido(s) pelo sujeito-leitor porque este não reconhece sentidos, não preenche lacunas, e sim, inscrito em uma posição-sujeito que o afeta, instaura seu próprio trabalho discursivo, atribuindo sentido(s) ao texto lido.

⁵ Orlandi (1999 e 2001) diferencia compreender de interpretar. Interpretar é gesto (ação/ato), e este é sempre marcado pela historicidade e pela ideologia, constitutivas do discurso. Isso tem a ver tanto com a leitura, com a escrita, ou mesmo, com a interpretação de símbolos não verbais. Interpretar está na base da constituição de sentido. A interpretação é a produção de sentido – é a construção e não a descoberta de sentidos. Já compreender, segundo essa autora, como os discursos funcionam e, ao funcionar de uma e não de outra maneira, produzem alguns sentidos e não outros, é papel do analista de discurso, ou seja, daquele que busca explicar como os sentidos são produzidos.

Em relação a esse movimento de produção de sentido, também interessa o que escreve Rodriguez (1998:47-58). Essa autora enfatiza que a noção de interpretação mobiliza diretamente uma definição do papel do sujeito na constituição dos sentidos. Os sentidos são produzidos por sujeitos inscritos na história, “num processo simbólico duplamente afetado pelo inconsciente e pela ideologia”, daí se poder compreender que, apesar de o papel do sujeito ser determinante na constituição dos sentidos, esse processo *escapa ao seu controle consciente e às suas intenções*. Assim pensar na produção de sentidos como um processo simbólico (inconsciente) de produção de interpretações do real e do próprio sujeito, determinado por condições históricas (ideológicas) específicas, significa pensar que os sentidos podem mudar, pois as sociedades podem ser outras e as políticas são contingentes.

A partir dos pressupostos teóricos até aqui explicitados, encaminhamos um exercício de leitura do enunciado *EU NÃO TENHO MEDO DA MUDANÇA*, proferido pela atriz Carmem Silva em outubro/2004. O referido enunciado, como já escrito, foi veiculado no horário eleitoral gratuito, segundo turno da campanha para eleição do prefeito de Porto Alegre, no programa da frente *Muda Porto Alegre* que tinha José Fogaça como candidato. Seu adversário era Raul Pont, representante da *Frente Brasil Popular* a qual tinha como principal sustentação política o Partido dos Trabalhadores (PT) que governava o município há 16 anos.

Para ler (analisar) esse enunciado, veiculado em rede de TV, entra em questão tanto a noção de língua, quanto a de leitura, mas também a de interpretação. Recorro, de início, a dois questionamentos realizados por Pêcheux (1990a:317-18), quais sejam: 1º) *se a análise do discurso se quer uma (nova) maneira de ‘ler’ as materialidades escritas e orais, que relação nova ela deve construir entre a leitura, a interlocução, a memória e o pensamento?*; 2º) *o que é interpretação nesse processo?*

Em relação a essa mesma questão, em texto distinto (1990b), esse autor salienta que um discurso deve ser analisado a partir da rede de memória e do trajeto social em que tem origem, mas que é preciso considerar a possibilidade de

(des)estruturação-(re)estruturação dessa rede e desse trajeto. Em seus próprios termos:

Todo o discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele se constitui, ao mesmo tempo, como um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida (p.56).

Segundo Pêcheux (op.cit.:54), a interpretação é possível porque há o *outro* nas sociedades e na história. É com esse *outro* que se estabelece uma relação de ligação, de identificação ou de transferência que possibilita a interpretação. É nesse sentido que o interdiscurso funciona como exterioridade, ou seja, como o “lugar” do outro. Essa relação permite que as “filiações históricas possam se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes”. Ao analista de discurso, cabe realizar descrições regulares de montagens discursivas⁶ para detectar “os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (op. cit.:57). São essas tomadas de posições do sujeito, enquanto gestos de interpretação, por sua vez, já marcados pela historicidade que me permitem, na análise, compreender o sentido produzido pelo enunciado em pauta — *Eu não tenho medo da mudança*.

A leitura desse enunciado requer que se reconheça o gesto de interpretação tanto daquele que enuncia, como daquele que dá o “formato” para o texto televisivo, composto de imagem, de som e de enunciados, ou seja, daquele que edita o texto, bem como do telespectador, isto é, daquele que assiste/ouve/lê.

Procurando melhor explicitar isso, voltemos ao enunciado, observando que a negação, presente no mesmo, funciona aí como uma pista lingüística que nos permite recuperar o E2 também proferido por uma atriz e veiculado em uma outra campanha eleitoral, portanto em outras condições histórico-sociais, mas inscrita

⁶ Orlandi (1999:63) explica que a construção de montagens discursivas deve obedecer a critérios decorrentes de princípios teóricos da AD, que face aos objetivos da análise, permitam chegar à compreensão de como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos.

em uma mesma posição de sujeito — a que abriga os saberes dos artistas que não querem o PT no governo. Por conseguinte, o(s) sentido(s) que podemos produzir como leitores do enunciado em tela, dependerá(ão) do “lugar social” em que estivermos inscritos, o qual nos afeta e nos leva a produzir aquilo que, para nós leitores, se apresenta como “o sentido”. É aí que podemos compreender o efeito de inconsistência de todo o texto e também do sentido, pois as palavras não têm um sentido *a priori*. “As palavras, expressões, proposições, etc. adquirem sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (Pêcheux 1988:160).

Observemos que, no momento em que Carmem Silva enuncia E1 – *Eu não tenho medo da mudança* — reativa-se a *memória do dizer*, isto é, o interdiscurso.⁷ Deste, emerge o enunciado E2 - *Estou com medo...* - proferido por Regina Duarte e outros que imediatamente se agregaram a ele, quer se contrapondo ou se aliando ao discurso dessa posição de sujeito. Esses enunciados “retornam” como saberes já-ditos que são reatualizados/ressignificados, ou seja, naquelas

⁷ A noção de “memória discursiva”, introduzida na teoria da AD por Courtine (1981:49-53), é entendida no sentido de que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores já enunciadas. Courtine encontra em Foucault (1972) a sustentação para a noção de “memória discursiva”. Segundo Foucault (op. cit.), “a configuração de um campo enunciativo comporta também formas de coexistência. Estas delineiam inicialmente um campo de presença (todos os enunciados já formulados alhures e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário; [...] também os que são criticados, discutidos e julgados, e os que são rejeitados ou excluídos); [...]. Finalmente, o campo enunciativo comporta o que se poderia chamar domínio de memória (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, em conseqüência, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica)” (op. cit.,:72-73). Pêcheux (1999:49-57), do mesmo modo que Courtine, salienta que a memória que interessa para a AD não é a “memória individual”, mas aquela que entrecruza os sentidos da memória mística, da memória social, inscrita em práticas e da memória construída do historiador. A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos, etc. de que sua leitura necessita: “a condição do legível em relação ao próprio legível. Segundo suas próprias palavras, uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...].Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (op.cit.:56).

condições de produção, tão logo E2 foi atualizado, o mesmo passou a trabalhar tanto no discurso da FD que abriga a posição-sujeito em que essa atriz está inscrita como em sua exterioridade; isso pode ser observado através do pronunciamento de Lula, quando da vitória da *Frente Brasil Popular: ... Ontem o Brasil votou para mudar. A esperança venceu o medo e o eleitorado decidiu por um novo caminho para o país...*(27 de outubro de 2002, no centro de SP).

O que estou entendendo como fazendo “eco” no DL, em AD, pode também ser tomado como *o retorno do mesmo no outro, atestando a incompletude de todo e qualquer discurso, tanto pela discursividade anterior como pela futura* — o processo, que já vinha sendo discursivizado, gera efeitos de sentido pontuais, mas também provoca nova discursividade. Para efeitos de análise, contrapomos os primeiros dois enunciados citados, observando que, mesmo em condições de produção distintas, podemos compreender “o dizer” dessas duas atrizes como inscrito em uma mesma posição-sujeito e na mesma formação discursiva (FD). Os saberes próprios desta posição-sujeito e também da FD são contrários à vitória do PT (E2) ou à permanência do PT no poder (E1).

No E1, um efeito de sentido que podemos produzir é que *a mudança* da qual a atriz *não tem medo* significa tirar o PT do governo de Porto Alegre. Se recuperarmos, no interdiscurso, enunciados semelhantes aos que circulavam no interior da FD representativa dos saberes e demandas da frente *Muda Porto Alegre* e que abriga a posição-sujeito em que o E1 se inscreve, poderemos chegar a: “Basta de PT” / “Fora PT” / “É preciso mudar” / “Chega de PT”, dentre outros. Já, em relação ao E2, poderemos chegar a: “Se Lula ganhar a eleição, a inflação vai ficar fora de controle” / “Lula é despreparado para o cargo de Presidente da República” / “Há que manter a estabilidade conquistada pelo governo de FHC” e assim por diante.

A partir disso, é possível afirmar que, embora os enunciados sejam outros, as condições de produção sejam outras, um dos efeitos de sentido que podemos produzir é: daquela mudança (2002) tínhamos medo, desta (2004), não. O que ocorre é que naquela o “desejo” era não permitir que o PT chegasse ao poder; na de 2004, o “desejo” era tirar o PT do poder — mesma posição de sujeito, mesma

FD, sentidos que, mesmo ressignificados se mantêm. Por outro lado, na FD que abriga os saberes e demandas da *Frente Brasil Popular* e, por conseguinte, o discurso de Lula (DL), o E2 faz eco com o “medo do PT”, “medo do vermelho do comunismo”, “medo da reforma agrária”, “medo do despreparo acadêmico do candidato”, isto é, reacende o pré-conceito que este partido enfrentou nos primeiros anos de sua história.

Retomando o fato de que um dos objetivos deste texto é enfatizar que a teoria da AD pode contribuir para a prática de leitura na Escola, lembramos que esta, em regra, só trabalha a interpretação a partir da leitura de textos que circulam na modalidade escrita, “esquecendo” da interpretação de textos veiculados através da TV, do rádio, enfim, através de formas não padronizadas pela escola; esta “esquece” também que a produção textual (oral ou escrita) já vem marcada por uma interpretação. Seria de grande importância que a Escola, isto é, nós professores, ao trabalharmos a leitura, tivéssemos presente que os sujeitos não estão fora da interpretação e, por conseguinte, da história. Por outro lado, importa, segundo Orlandi (1996, p. 66-67), ter presente que as condições de interpretação não são iguais para todos, pois o conhecimento é distribuído de forma desigual, inclusive na Escola.

Voltemos ao E1: *Eu não tenho medo da mudança*. Quem de nós, sujeitos familiarizados com a escrita e com a leitura, não o associa àquele enunciado por Regina Duarte, no segundo turno da campanha presidencial Lula X Serra e que, desde então, vem sendo retomado/parafraseado por diferentes discursos? É essa compreensão da ressonância discursiva do já-dito e das relações parafrásticas por nós estabelecidas que nem todos têm facilidade de estabelecer, uma vez que a leitura deste ou de outro enunciado, para produzir sentidos, precisa ser remetida à memória do dizer, ou seja, ao interdiscurso. Orlandi (2001) escreve que o interdiscurso - a memória discursiva - sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória que o sujeito não detém o controle, que os sentidos se constroem, dando-lhe a impressão de saber do que está falando. Aí se forma a ilusão do sujeito ser a origem do que diz. A autora acentua, ainda, que

esse apagamento é necessário para que o sujeito se estabeleça num “lugar” possível no movimento da identidade e dos sentidos: “eles não retornam apenas, eles se projetam em outros sentidos, constituindo outras possibilidades dos sujeitos se subjetivarem”. Entendemos que essa projeção de outro(s) sentido(s) ocorre quando a atriz Carmem Silva enuncia — *Eu não tenho medo da mudança*. E aí, então, entraria, no meu ponto de vista, o papel do professor na leitura de diferentes gêneros textuais (televisivos ou não), no sentido de, através de práticas discursivas, capacitar o aluno para, como escreve Indursky (2001:41), o processo histórico de interpretação, de disputa e de produção de sentidos.

A interpretação, entendida como gesto, remete à memória do dizer, ou seja, ao interdiscurso que, uma vez acionado, possibilita que se produzam uns e não outros sentidos. Importa, então, no processo de leitura, compreender como o sujeito-autor, ao escrever ou se pronunciar, incorpora uns e não outros enunciados ao seu intradiscurso;⁸ importa igualmente compreender como o sujeito-leitor, ao ler/ouvir/interpretar desconstrói a estabilidade do texto e dos sentidos esperados pelo sujeito-autor — desconstrói para reconstruir. Entendemos que, nesses dois processos, intervêm a ideologia e o inconsciente como constitutivos do discurso. Em se tratando de uma prática de leitura no âmbito escolar, ao professor, na nossa compreensão, não caberia o papel de atribuir sentido(s) aos textos apresentados aos alunos, mas de explicitar, aos mesmos, o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta, conforme Orlandi (op. cit.:64) em saber que o sentido sempre pode ser outro. Isso possibilitaria também a compreensão de como, através de textos, podemos chegar a discursos e como estes, ao funcionarem de uma maneira e não de outra, produzem sentido(s). Essa compreensão nos remete também ao fato de que discursos se constroem sobre discursos, daí sua natureza lacunar.

⁸ O intradiscurso é apresentado por Pêcheux (1988:166-67) como o funcionamento do discurso na sua relação consigo mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que direi depois; portanto, o conjunto dos elementos de "co-referência" que garantem aquilo que se pode chamar "fio do discurso" enquanto discurso de um sujeito). Courtine (1981:35) retoma a noção de intradiscurso, afirmando que o sujeito-enunciador se apropria, no interdiscurso, dos objetos (enunciados) que usa como objetos de seu discurso.

Concluindo, diríamos que tanto o E1 como o E2 materializam o enfrentamento com a posição-sujeito que abriga o discurso do PT e, tanto um como o outro, reorganizam a discursividade anterior, sinalizando para um novo *de vir*. Isso, em AD, tem a ver com a incompletude do discurso que, assim como aponta para um passado, também gera nova discursividade, no sentido de que todo o discurso remete a outro(s) discurso(s). Essa incompletude é fundamental e tem a ver com a alteridade constitutiva do dizer, mas também tem a ver com o *novo vir a ser* do discurso. Isso permite compreender como os enunciados analisados neste texto remetem para o passado, mas também para a emergência de outros enunciados que neles ressoam, ainda que ressignificados. Em especial, nas condições de produção que ora vivenciamos em nosso país, enunciados proferidos em 2002 retornam. Um exemplo dessa discursividade que “volta” pode ser uma fotomontagem humorística publicada no jornal Zero Hora (RS) no dia 20/07/2005, na qual Marco Aurélio estampa uma foto de Regina Duarte, na qual atribui um outro enunciado: *Tô com medo... De novo!* Outro exemplo pode ser o pronunciamento de um deputado (Moroni Torgan — PFL do Ceará) na CPI dos Correios, também em 20/07/2005, no qual faz eco o pronunciamento de Lula, quando da vitória em 2002.

Observemos o que enuncia o deputado: “...a esperança venceu o medo, mas eu nunca esperava que a corrupção fosse vencer a esperança (...) eu queria que a esperança vencesse o medo. Eu queria mesmo, queria muito. Eu não queria que a corrupção estivesse vencendo a esperança..”.

O que estou entendendo como fazendo eco no referido pronunciamento, em AD, pode também ser tomado como *o retorno do mesmo no outro*, ou seja, como escrevem Courtine e Marandin (1981:28): “os discursos se repetem, ou melhor, há repetições que fazem discursos”; ou, ainda, como escreve Serrani (1993:47), estar-se-ia aí diante de uma paráfrase discursiva, entendida como uma “ressonância interdiscursiva de significação”. Segundo a autora, “as paráfrases ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações lingüísticas”.

Note-se que quando escrevo que o discurso de Lula faz eco/ressoa no desse deputado, não necessariamente se trata de um sujeito enunciador que tenha a intenção/o controle de trazer o referido discurso para o fio do seu, ou seja, para o intradiscurso; o discurso de Lula ressoa no de Moroni porque está disperso no interdiscurso, na memória do dizer. É nele que esse sujeito enunciador “busca” os enunciados que incorpora no fio de seu discurso (no intradiscurso).

O destacado atesta essa reorganização do discurso que sempre aponta para um passado, mas que, ao mesmo tempo, prepara um novo “vir a ser”. A discursividade, recém posta, funciona como o “novo vir a ser” em relação àquela instaurada em 2002, mas como se trata de um processo discursivo, há que se ter presente que ela também poderá gerar outros enunciados, produzindo, portanto, a possibilidade do múltiplo. Funciona aí a incompletude do discurso, entendida no sentido de que *todo o dizer é uma relação fundamental com o não-dizer* (Orlandi 1993:12).

Essa incompletude do discurso, “jogando-o” para o passado e “remetendo-o” para o futuro, possibilita falar em *deslocamento, reinscrição, transformação* de saberes. E, ao mesmo tempo, possibilita compreender o que postula a teoria da AD, no sentido de que o fechamento de um discurso é considerado como sendo sempre da ordem da *ilusão* necessária.

O exercício de leitura que apresentamos, neste texto, atenta para o fato de que o sujeito, ao enunciar, interpreta e que o analista, trabalhando no entremeio da descrição com a interpretação, ao descrever gestos de interpretação, deve procurar fazê-lo da forma menos subjetiva possível, tendo, no entanto, presente que uma interpretação não é neutra e que outra(s) sempre é (são) possível(is). Ao analista de discurso não cabe interpretar, mas trabalhar *(n)os limites da interpretação*, tendo, no entanto, presente que sua interpretação é gesto, portanto, também ela é marcada pela historicidade e pela ideologia.

Referências Bibliográficas

- COURTINE, Jean Jacques. 1981. Quelques problèmes theoriques et methodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages* (62), juin.
- COURTINE, Jean Jacques e MARANDIN, Jean Marie. Quel objet pour l'analyse de discours? In: *Matérialités Discursives*. Actes du Colloque, avril, 1980. Paris X - Nanterre Lille. Presses universitaires de Lille, 1981.
- FOUCAULT, Michel. 1972. *Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes.
- INDURSKY, Freda. 1997. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Tese de Doutorado, Campinas, 1992, publicada pela Editora da UNICAMP.
- _____. 1998. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. In: *Gragoatá*, n. 5. Niterói, RJ: EdUFF, 2º sem.
- _____. 2001. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. 2000. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. 1987. *A linguagem e o seu funcionamento*. Campinas: Pontes.
- _____. 1993. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed., Campinas: UNICAMP.
- _____. 1996. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 1999. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- _____. 2001. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso* (1975). Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi...[et.al.]. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1988.
- _____. 1990a. A análise do Discurso: três épocas. Tradução de Jonas de A. Romualdo. In: GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: UNICAMP.
- _____. 1990b. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes.
- _____. 1999. Papel da memória. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre...[et al]. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes.
- RODRIGUEZ, Carolina. 1998. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes.
- SAUSSURE, Ferdinand de. 1988. *Curso de Lingüística Geral*. 14. ed. São Paulo: Cultrix.
- SERRANI, Silvana M. 1993. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: UNICAMP.

JORNAIS

— Zero Hora, RS – 20/07/2005

DOCUMENTOS

— Pronunciamento de Lula no dia 27/10/2002

OUTROS

— Pronunciamento de Regina Duarte no Horário Eleitoral Gratuito – 15/10/2002

— Pronunciamento de Carmem Silva no Horário Eleitoral Gratuito – 20/10/2004

— Depoimento do deputado Moroni Torgan na CPI dos Correios – 20/07/2005